

Justiça Federal
Seção Judiciária de Rondônia

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS
2022

Setor de Contabilidade – Setcob
Núcleo de Administração Financeira Financeira – Nucaf
Secretaria Administrativa - Secad

SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL – BP	7
Quadro das contas de compensação.....	8
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP	9
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – BO	10
Restos a pagar processados – RPNP	10
Restos a pagar processados – RPP.....	10
BALANÇO FINANCEIRO – BF	11
DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC.....	12
NOTAS EXPLICATIVAS	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	14
Nota 1 – Caixa e equivalentes de caixa	14
Tabela 1 – Disponibilidades financeiras	14
Nota 2 – Créditos a curto e longo prazo.....	15
Tabela 2 – Adiantamentos e créditos a receber	15
Tabela 3 – Créditos a receber de pessoal: detalhamento.....	17
Tabela 4 – Dívida ativa	17
Tabela 5 – Ativos contingentes.....	18
Nota 3 – Estoques	18
Nota 4 – Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente.....	19
Tabela 6 – Despesas antecipadas	19
Nota 5 – Imobilizado	19
Tabela 7 – Bens móveis e imóveis	20
Bens móveis	20
Bens imóveis.....	21

Tabela 8 – Bens imóveis	21
Tabela 9 – Imóveis da União sob a responsabilidade da SJRO	22
Nota 06 – Intangível.....	23
Tabela 10 – Softwares	23
Nota 7 – Passivo circulante e não circulante.....	24
Tabela 11 – Passivo circulante	24
Tabela 12 – Passivo exigível	25
Nota 8 – Ajustes de exercícios anteriores	26
Nota 9 – Atos potenciais ativos	27
Tabela 13 – Garantias recebidas – por tipo	28
Nota 10 – Atos potenciais passivos.....	28
Tabela 14 – Contratos em execução.....	28
Nota 11 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	29
Tabela 15 – Ativos e passivos – valorização, ganhos e desincorporação	29
Nota 12 - Pessoal e encargos, benefícios previdenciários e assistenciais	29
Tabela 16 – Pessoal e encargos patronais	30
Nota 13 – Consumo de bens, uso de bens e serviços	31
Tabela 17 – Consumo de bens, uso de bens e serviços.....	31
Nota 14 – Desvalorização e perda de ativos e Incorporação de passivos.....	31
Tabela 18 – Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos	31
Nota 15 – Resultado patrimonial do exercício.....	32
Nota 16 – Receitas correntes e Receitas de capital.....	32
Nota 17 – Déficit	33
Nota 18 – Restos a pagar - Demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados	33
Tabela 19 - Demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados	34
Nota 19 – Gastos com suprimento de fundos	35
Nota 20 – Transferências financeiras recebidas – Sub-repasse recebido.....	36

Nota 21 – Resultado financeiro	36
Tabela 20 – Apuração do resultado financeiro do exercício de 2022	36
Nota 22 – Demonstração dos fluxos de caixa	37
Tabela 21 – Geração Líquida de caixa e equivalentes de caixas	37
Nota 23 - Apuração de Danos ao Erário	38
Tabela 22 - Apuração de danos ao erário	38

Apresentação

As demonstrações contábeis da Seção Judiciária do Estado de Rondônia foram elaboradas em consonância com a Lei nº 4.320/1964 e com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

E têm a finalidade de apresentar, aos gestores, contribuintes, credores, fornecedores e demais usuários, informações sobre a situação patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro da entidade, bem como o resultado do gerenciamento dos recursos orçamentários e financeiros descentralizados no período.

O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do órgão por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais.

A Demonstração das Variações Patrimoniais visa a evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indicar o resultado patrimonial do exercício.

O Balanço Orçamentário objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas. No âmbito da Seção Judiciária, o Balanço Orçamentário apresenta informação apenas do orçamento descentralizado pelo TRF que por sua vez recebe o orçamento do Conselho da Justiça Federal.

O Balanço Financeiro tem por objetivo evidenciar as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Pelo mesmo motivo exposto no item anterior, referente ao Balanço Orçamentário, não há informação de receita realizada nesta unidade gestora.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, ou seja, as entradas e as saídas de recursos durante o período e o resultado desse fluxo,

classificando-as em três grupos de atividades: operacionais, de investimento e de financiamento, sendo que este último não se aplica à Justiça Federal da 1.^a Região. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

Balanço Patrimonial – BP

Ativo	NE	2022	2021
Ativo circulante		2.231.766,29	2.607.369,38
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	1.317.421,87	1.780.882,76
Créditos a Curto Prazo	2	580.020,08	451.942,90
Demais Créditos e Valores		580.020,08	451.942,90
Estoques	3	291.068,54	353.922,11
VPDs Pagas Antecipadamente	4	43.255,80	20.621,61
Ativo não circulante		40.634.279,71	34.572.643,17
Ativo Realizável a Longo Prazo		46.287,34	-
Créditos a Longo Prazo	2	46.287,34	
Demais Créditos e Valores		46.287,34	
Imobilizado	5	40.344.329,06	34.471.623,53
Bens Móveis		6.186.706,11	4.981.518,31
Bens Móveis		12.174.360,14	10.251.227,11
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-5.987.654,03	-5.269.708,80
Bens Imóveis		34.157.622,95	29.490.105,22
Bens Imóveis		34.165.109,52	29.993.786,52
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-7.486,57	-503.681,30
Intangível	6	243.663,31	101.019,64
Softwares		243.663,31	101.019,64
Softwares		374.009,16	197.727,64
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-127.637,85	-94.000,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-2.708,00	-2.708,00
Total do ativo		42.866.046,00	37.180.012,55

Passivo	2022	2021	
Passivo circulante	7	7.711.847,95	4.076.342,36
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		6.739.095,56	3.739.507,91
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		-	104.600,42
Provisões a Curto Prazo		891.204,36	182.305,95
Demais Obrigações a Curto Prazo		81.548,03	49.928,08
Passivo não circulante	7	-	5.202,41
Demais Obrigações a Longo Prazo		-	5.202,41
Total do passivo exigível		7.711.847,95	4.081.544,77

Patrimônio líquido	2022	2021	
Resultados Acumulados		35.154.198,05	33.098.467,78
Resultado do Exercício		1.986.681,68	5.458.628,19
Resultados de Exercícios Anteriores		33.098.467,78	28.367.376,80
Ajustes de Exercícios Anteriores	8	69.048,59	-727.537,21
Total do patrimônio líquido		35.154.198,05	33.098.467,78

Total do passivo e patrimônio líquido		42.866.046,00	37.180.012,55
--	--	----------------------	----------------------

Fonte: Siafi

Quadro das contas de compensação

	NE	2022	2021
Atos Potenciais Ativos	9	39.950.152,71	54.015.753,65
Garantias e contragarantias recebidas		39.797.452,71	54.015.753,65
Direitos contratuais		152.700,00	-
Atos Potenciais Passivos	10	22.035.530,53	14.617.096,91
Obrigações contratuais		22.035.530,53	14.617.096,91

Demonstração das variações patrimoniais – DVP

	NE	2022	2021
Variações patrimoniais aumentativas		119.955.489,35	114.622.817,24
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		921.587,43	905.051,42
Taxas		921.587,43	905.051,42
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		136.466,00	138.574,33
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		136.466,00	138.574,33
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		1.154,54	-
Juros e Encargos de Mora		1.154,54	-
Transferências e Delegações Recebidas		117.988.925,12	111.584.348,96
Transferências Intragovernamentais		117.777.834,23	111.558.843,42
Outras Transferências e Delegações Recebidas		211.090,89	25.505,54
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	11	162.357,64	1.436.750,39
Reavaliação de Ativos		30.833,02	1.376.637,35
Ganhos com Alienação		22.294,77	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		109.229,85	57.916,27
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	2.196,77
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		744.998,62	558.092,14
Variações patrimoniais diminutivas	12	117.968.807,67	109.164.189,05
Pessoal e Encargos		79.100.298,34	76.369.690,37
Remuneração a Pessoal		62.012.511,09	59.529.340,31
Encargos Patronais		11.472.871,09	11.219.801,50
Benefícios a Pessoal		3.937.676,05	4.385.259,83
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		1.677.240,11	1.235.288,73
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		11.674.905,18	10.576.772,54
Aposentadorias e Reformas		9.616.685,68	8.780.065,33
Pensões		1.837.926,33	1.637.667,80
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		220.293,17	159.039,41
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	13	19.789.119,21	16.113.916,57
Uso de Material de Consumo		306.251,98	256.612,95
Serviços		18.690.957,50	15.001.516,01
Depreciação, Amortização e Exaustão		791.909,73	855.787,61
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	107,28
Juros e Encargos de Mora		-	107,28
Transferências e Delegações Concedidas		2.250.809,38	1.903.639,76
Transferências Intragovernamentais		2.120.572,31	1.711.491,46
Outras Transferências e Delegações Concedidas		130.237,07	192.148,30
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	14	2.986.668,47	2.728.926,05
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		30.833,02	-
Perdas com Alienação		10.934,33	-
Desincorporação de Ativos		2.944.901,12	2.728.926,05
Tributárias		1.148.862,02	1.054.809,17
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		9.607,53	8.437,58
Contribuições		1.139.254,49	1.046.371,59
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		1.018.145,07	416.327,31
Constituição de Provisões		891.204,36	182.305,95
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		126.940,71	234.021,36
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	15	1.986.681,68	5.458.628,19

Fonte: Siafi

Balço Orçamentário – BO

Receitas Orçamentárias	NE	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas	Saldo
Receitas correntes	16	-	-	-	-
Receitas de capital	16	-	-	-	-
Déficit	17			118.502.055,01	118.502.055,01
Total		-	-	118.502.055,01	118.502.055,01

Despesas orçamentárias	NE	Dotação inicial	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas	Saldo da dotação
Despesas correntes		-	109.788.522,12	108.915.353,09	108.253.045,73	-109.788.522,12
Pessoal e Encargos Sociais		-	84.691.439,80	83.824.123,97	83.161.891,32	-84.691.439,80
Outras Despesas Correntes		-	25.097.082,32	25.091.229,12	25.091.154,41	-25.097.082,32
Despesas de capital		-	8.713.532,89	8.102.045,13	8.102.045,13	-8.713.532,89
Investimentos		-	8.713.532,89	8.102.045,13	8.102.045,13	-8.713.532,89
Total		-	118.502.055,01	117.017.398,22	116.355.090,86	-118.502.055,01

Restos a pagar processados – RPNP

Despesas orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas correntes		-	522.839,37	418.448,64	418.448,64	104.390,73	0,00
Pessoal e Encargos Sociais		-	285.215,95	190.048,64	190.048,64	95.167,31	-
Outras Despesas Correntes		-	237.623,42	228.400,00	228.400,00	9.223,42	-
Despesas de capital		-	1.105.757,98	1.104.807,74	1.104.807,74	950,24	0,00
Investimentos		-	1.105.757,98	1.104.807,74	1.104.807,74	950,24	0,00
Total	18	-	1.628.597,35	1.523.256,38	1.523.256,38	105.340,97	-

Restos a pagar processados – RPP

Despesas orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas correntes		-	74.230,54	74.230,54	-	-
Pessoal e Encargos Sociais		-	63.716,96	63.716,96	-	-
Outras Despesas Correntes		-	10.513,58	10.513,58	-	-
Despesas de capital		-	7.755,36	7.755,36	-	-
Investimentos		-	7.755,36	7.755,36	-	-
Total		-	81.985,90	81.985,90	-	-

Fonte: Siafi

Balanço financeiro – BF

Ingressos	NE	2022	2021
Transferências Financeiras Recebidas		117.777.834,23	111.558.843,42
Resultantes da Execução Orçamentária		117.501.777,83	111.468.083,02
Sub-repasse Recebido		117.501.777,83	111.468.083,02
Independentes da Execução Orçamentária		276.056,40	90.760,40
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		254.419,21	3.158,75
Demais Transferências Recebidas		4.307,15	10.424,52
Movimentação de Saldos Patrimoniais		17.330,04	77.177,13
Recebimentos Extraorçamentários		4.156.909,08	3.810.328,78
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		662.307,36	81.985,90
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		1.484.656,79	1.628.597,35
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		161.386,09	493.631,06
Outros Recebimentos Extraorçamentários		1.848.558,84	1.606.114,47
Restituições a Pagar			3.138,31
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			2.196,77
Arrecadação de Outra Unidade		1.848.558,84	1.600.779,39
Saldo do Exercício Anterior		1.780.882,76	1.341.101,41
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.780.882,76	1.341.101,41
Total		123.715.626,07	116.710.273,61

Dispêndios	NE	2022	2021
Despesas Orçamentárias		118.502.055,01	111.417.786,72
Ordinárias		103.723.183,19	92.582.727,65
Vinculadas		14.778.871,82	18.835.059,07
Seguridade Social (Exceto Previdência)			6.202.610,43
Previdência Social (RPPS)		11.421.998,80	10.417.733,13
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		3.356.873,02	2.214.715,51
Transferências Financeiras Concedidas		2.120.572,31	1.711.491,46
Resultantes da Execução Orçamentária		-	20.038,71
Sub-repasse Concedido	20		20.038,71
Independentes da Execução Orçamentária		2.120.572,31	1.691.452,75
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		253.447,99	
Movimento de Saldos Patrimoniais		1.867.124,32	1.691.452,75
Pagamentos Extraorçamentários		1.775.576,88	1.800.112,67
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		81.985,90	60.277,98
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		1.523.256,38	1.247.145,76
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		167.196,29	488.017,97
Outros Pagamentos Extraorçamentários		3.138,31	4.670,96
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento			4.670,96
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		3.138,31	
Saldo para o Exercício Seguinte	21	1.317.421,87	1.780.882,76
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.317.421,87	1.780.882,76
Total		123.715.626,07	116.710.273,61

Fonte: Siafi

Demonstrativo dos fluxos de caixa – DFC

		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais	NE	8.751.147,34	6.184.829,11
Ingressos	22	119.787.779,16	113.658.588,95
Outros Ingressos Operacionais		119.787.779,16	113.658.588,95
Ingressos Extraorçamentários		161.386,09	493.631,06
Restituições a Pagar			3.138,31
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			2.196,77
Transferências Financeiras Recebidas		117.777.834,23	111.558.843,42
Arrecadação de Outra Unidade		1.848.558,84	1.600.779,39
Desembolsos		-111.036.631,82	-107.473.759,84
Pessoal e Demais Despesas		-97.063.118,58	-93.695.796,17
Judiciário		-82.544.364,00	-78.722.629,97
Previdência Social		-10.721.690,12	-10.417.733,13
Encargos Especiais		-3.797.064,46	-4.550.762,11
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de		-	-4.670,96
Pagamento			
Transferências Concedidas		-11.682.606,33	-11.578.454,24
Intragovernamentais		-11.682.606,33	-11.578.454,24
Outros Desembolsos Operacionais		-2.290.906,91	-2.199.509,43
Dispêndios Extraorçamentários		-167.196,29	-488.017,97
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-3.138,31	
Transferências Financeiras Concedidas		-2.120.572,31	-1.711.491,46
Fluxo de caixa das atividades de investimento		-9.214.608,23	-5.745.047,76
Desembolsos		-9.214.608,23	-5.745.047,76
Aquisição de Ativo Não Circulante		-9.148.414,23	-5.745.047,76
Outros Desembolsos de Investimentos		-66.194,00	-
Geração líquida de caixa e equivalente de caixa		-463.460,89	439.781,35
Caixa e equivalente de caixa inicial	21	1.780.882,76	1.341.101,41
Caixa e equivalente de caixa final		1.317.421,87	1.780.882,76

Fonte: Siafi

Notas explicativas

As Demonstrações Contábeis (DCONs) foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964, do Decreto-Lei n. 200/1967, do Decreto 93.872/1986 e da Lei Complementar 101/2000. São observadas, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8.^a edição e o Manual do Siafi, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

As DCONs foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e têm como base a execução realizada pela Seção de Programação Orçamentária e Financeira.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço financeiro (BF);
- II. Balanço patrimonial (BP);
- III. Demonstração das variações patrimoniais (DVP);
- IV. Balanço orçamentário (BO);
- V. Demonstração dos fluxos de caixa (DFC);
- VI. Notas explicativas.

O objetivo principal das DCONs é fornecer informações sobre a gestão do patrimônio e contribuir na prestação de contas da gestão orçamentária e financeira realizada no período em referência, podendo os usuários encontrar informações sobre a situação patrimonial, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do órgão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Nota 1 – Caixa e equivalentes de caixa

O item Caixa e equivalente de caixa compreende o somatório dos valores disponíveis a título de limite de saque da conta única e demais Contas – Caixa Econômica Federal, referente às garantias contratuais na modalidade caução, nos termos do inciso I, § 1º, art. 56 da Lei 8.666/93.

Neste item também estão os recursos financeiros destinados a atender despesas correntes e recursos para atender as despesas inscritas em Restos a Pagar – Custeio e Investimentos.

Conforme tabela abaixo, as disponibilidades tiveram redução de 26,02% em razão do pagamento das despesas orçamentárias e devoluções de financeiro ao Tribunal, por ocasião do encerramento do exercício de 2022.

Tabela 1 – Disponibilidades financeiras

	2022	2021	Varição em R\$	Varição em %
Limite de saque com vinculação de pagamento - OFSS	723.229,46	1.743.381,40	-1.020.151,94	-58,52%
Limite de saque com vinculação de pagamento - ordem de pagamento - OFSS	580.086,00	17.595,94	562.490,06	3196,70%
Demais contas - Caixa Econômica Federal	14.106,41	19.838,82	-5.732,41	-28,89%
Total	1.317.421,87	1.780.816,16	-463.394,29	-26,02%

Fonte: Siafi

Os recursos disponíveis na conta de limite de saque e demais contas foram no montante de R\$ 1.317.421,87, sendo o mais representativo, e destina-se ao pagamento das obrigações pendentes em empenhos a liquidar e à quitação de depósitos de terceiros. Já os recursos na mesma conta, no subgrupo ordem de pagamento, referem-se a pagamentos já realizados e autorizados, porém não efetivados em ordens bancárias ainda no exercício de 2022, ou seja, o total foi inscrito em restos a pagar processados. Ainda nesse subgrupo, a despesa que mais impactou a variação em 3196,70% em relação

ao exercício anterior foi o ATS - adicional de tempo de serviço de magistrados, autorizada no final do exercício.

Nota 2 – Créditos a curto e longo prazo

Os créditos de curto e longo prazo representam os adiantamentos de despesa de pessoal (13.º salário e férias do exercício seguinte), adiantamento de auxílio alimentação, adiantamento de suprimento de fundos e créditos a receber de pessoal.

Tabela 2 – Adiantamentos e créditos a receber

Contas contábeis	2022	2021	Variação em R\$	Variação em %
11311.01.01 - 13º salário-adiantamento	215.271,20	239.486,62	(24.215,42)	-10,11%
11311.01.05 - salários e ordenados - pagamento antecipado	104.134,89	156.703,17	(52.568,28)	-33,55%
11311.07 - adiantamento auxílio-alimentação	243.777,34	-	243.777,34	100,00%
11311.02.00 - adiantamento concedido	6.345,14	-	6.345,14	100,00%
11381.16.00 - cred a rec de acerto finan c/servidor/ex serv	10.491,51	55.753,11	(45.261,60)	-81,18%
11381.07.00 – cred a rec decorrente de infrações	-	-	-	0,00%
Total	580.020,08	451.942,90	128.077,18	28,34%

Fonte: Siafi

A maior parte dos créditos de curto prazo (100%) comparando ao exercício de 2021 refere-se a adiantamento de auxílio-alimentação que passou a ser apropriado no Siafi com a situação DFL063- adiantamentos de auxílio alimentação e de auxílio transporte a partir da folha de pagamento de outubro/22, seguindo o Procedimento Contábil [15926735](#). A conciliação da despesa foi feita no processo [0003419-14.2022.4.01.8012](#).

Registra-se que a conciliação contábil em relação ao registro das provisões de 13º salário e demais ajustes foram realizados no processo [0000051-94.2022.4.01.8012](#).

No tocante a conta 11311.01.05 - Salários e Ordenados Pagamento Antecipado (classificação orçamentária 3190.11.46 - férias pagamento

antecipado), apresentou saldo de R\$ 104.134,89, compreendendo a 2ª parcela do que foi adiantado em novembro e o montante adiantado em dezembro/2022. É importante mencionar que a conciliação contábil e os ajustes relacionados à antecipação de férias, bem como o registro das provisões de 1/3 de férias e remuneração de férias foram realizados no processo [0000055-34.2022.4.01.8012](#).

Os créditos da área de pessoal são controlados pela área de pagamento, e os de aplicação de penalidade, pela área de contrato. Quando há recebimento dos créditos, os valores da área de pessoal são anulados da despesa ou recolhidos ao Tesouro Nacional. Na hipótese de não recebimento, o processo administrativo é suspenso e o crédito é mantido na contabilidade até a ocorrência da prescrição ou encaminhado para inscrição na dívida ativa da União, em observância à Portaria 75, de 22 de março de 2012, do Ministério da Fazenda. No tocante às multas aplicadas às empresas, os valores são recolhidos ao Tesouro Nacional, quando há a satisfação do crédito ou encaminhados para inscrição na dívida ativa da União.

A metodologia empregada para a constituição desses créditos consiste na instauração de processo administrativo eletrônico, no qual é conferido ao devedor o exercício da ampla defesa e do contraditório, nos termos do inciso LV do art. 5º da Constituição Federal c/c a Lei 9.784/1999 e a Resolução CJF 68, de 27/07/2009, que dispõem sobre o processo administrativo relativo à devolução de valores indevidamente recebidos, bem como ao ressarcimento de danos causados ao erário por magistrados ou servidores.

Após esgotarem-se todos os meios administrativos para a satisfação do crédito, os autos são encaminhados à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional competente para fins de inscrição em dívida ativa e avaliação de eventual ajuizamento de execução fiscal em desfavor do devedor. Após confirmada a inscrição em dívida ativa, faz-se a respectiva baixa contábil no Siafi.

A demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber foi realizada no processo [0000352-41.2022.4.01.8012](#) (acertos com pessoal) com base nos Procedimentos Contábeis [11156462](#) e [6609394](#) e no processo [0000227-73.2022.4.01.8012](#) (multas administrativas) com base nos Procedimentos Contábeis [11151240](#) e [6609394](#) e, de acordo com as

informações prestadas pela Sepag e Semap. Assim, detalho o saldo das contas abaixo, em 31 de dezembro de 2022:

Tabela 3 – Créditos a receber de pessoal: detalhamento

Processo	Servidor	Valores em R\$
0002560-95.2022.4.01.8012	Lucas Tortola Ferreira	1.937,19
0004099-96.2022.4.01.8012	Ulisses Juliano Machado	1.524,27
0001975-43.2022.4.01.8012	Tony Rodrigo Barroso Martins	7.030,05
Total:		10.491,51

Fonte: Siafi

Em relação aos processos de ressarcimento ao Erário concluídos na unidade de origem, nos quais não houve êxito na obtenção do ressarcimento na unidade de origem, resultando no encaminhamento do crédito para inscrição na Dívida Ativa da União, verificaram-se os seguintes saldos em 31/12/2022:

Tabela 4 – Dívida ativa

Dívida Ativa da União	2022	2021
Créditos encaminhados para inscrição em dívida ativa	46.287,34	-
Cancelamento de crédito encaminhado para dívida ativa	-	-
Créditos inscritos em dívida ativa	1.791,91	6.484,93
Total:	48.079,25	6.484,93

Fonte: Siafi

São encaminhados para inscrição na dívida ativa os créditos a receber cuja certeza e liquidez foram apuradas na unidade de origem, por não terem sido quitados no prazo legal e que não foram atingidos por nenhuma causa de extinção ou suspensão de sua exigibilidade. A inscrição ocorre na Procuradoria Regional da Fazenda Nacional de domicílio do devedor, nos termos da Portaria 75, de 22 de março de 2012, do Ministério da Fazenda. Já os valores abaixo do limite de inscrição na dívida ativa são transferidos para o ativo contingente previsto e acompanhados para eventual recebimento

do valor durante o prazo prescricional da dívida e atualização monetária dos valores, visando à observância do limite para inscrição na dívida ativa da União.

Tabela 5 – Ativos contingentes

	2022	2021	Variação em R\$	Variação em %
Ativos contingentes previstos	1.377,08	1.312,40	64,68	4,93%
Ativos contingentes confirmados	-	-	-	0,00%
Total	1.377,08	1.312,40	64,68	4,93%

Fonte: Siafi

Os ativos contingentes representam créditos e valores de pessoal e de multas administrativas em que há baixa probabilidade de recebimento, como é o caso dos valores abaixo do limite de inscrição na dívida ativa da união ou nos casos em que há processo judicial.

Nota 3 – Estoques

Os estoques são mensurados pelo valor de custo, que compreende o preço de compra e demais gastos de aquisição ou, ainda, pelo valor apurado na produção, nos termos da Macrofunção 02.03.48. Na saída do estoque, os valores são baixados calculando-se a média ponderada dos preços de aquisição. Os bens de consumo adquiridos ou produzidos destinam-se ao consumo e manutenção das atividades das unidades administrativas.

Os bens em almoxarifado estão avaliados na entrada pelo valor das aquisições. Os valores registrados na conta 11561.01.00 - Materiais de Consumo estão regulares. Conforme a Portaria 205/2022, id [16763884](#), o Relatório Final do Inventário/2022 deverá ser apresentado até o 20º dia útil subsequente ao término do exercício financeiro. A movimentação de entradas e saídas na referida conta foram analisadas, mensalmente, de acordo com a documentação inserida no Relatório de Movimentação de Almoxarifado - RMA, juntados no processo [0000002-53.2022.4.01.8012](#).

Nota 4 – Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente

Referem-se às despesas pagas antecipadamente a título de prêmios de seguros e assinaturas, cujas parcelas mensais são baixadas por competência na conta de ativo, conforme cronograma de pagamento nos documentos do Siafi.

Tabela 6 – Despesas antecipadas

	2022	2021	Varição em R\$	Varição em %
11911.00.00 - prêmios de seguros	23.499,96	12.646,61	10.853,35	85,82%
11931.00.00 - assinaturas e anuidades	19.755,84	7.975,00	11.780,84	147,72%
Total	43.255,80	20.621,61	22.634,19	109,76%

Fonte: Siafi

Nota 5 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O exercício de 2022 encerrou com o montante de R\$ 40.344.329,06 com uma variação positiva de 40,02% em relação a 2021 e, o imobilizado da SJRO está segregado em dois grupos: (i) bens móveis e (ii) bens imóveis. Na tabela a seguir é apresentada a composição do subgrupo Imobilizado, em 31/12/2022 e em 31/12/2021.

Tabela 7 – Bens móveis e imóveis

	2022	2021	Variação em R\$	Variação em %
Bens móveis	12.174.360,14	10.251.227,11	1.923.133,03	18,76%
Depreciação acumulada	(5.987.654,03)	(5.269.708,80)	(717.945,23)	13,62%
Total	6.186.706,11	4.981.518,31	1.205.187,80	24,19%

Bens imóveis	34.165.109,52	29.993.786,52	4.171.323,00	13,91%
Depreciação acumulada	(7.486,57)	(503.681,30)	496.194,73	-98,51%
Total	34.157.622,95	29.490.105,22	4.667.517,73	15,83%

Total imobilizado	40.344.329,06	34.471.623,53	5.872.705,53	40,02%
--------------------------	----------------------	----------------------	---------------------	---------------

Fonte: Siafi

Bens móveis

Os bens móveis são controlados pelo sistema de controle de bens do TRF1 (Sicam), porém não é integrado ao Siafi.

Eles compõem-se em sua maioria, de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação/TIC, mobiliário em geral e veículos de tração mecânica.

Os bens móveis representados na conta 1.2.3.1.0.00.00 – Bens Móveis são mensurados pelo valor de aquisição e como possuem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período.

A depreciação registrada na conta 12381.01.00 - Depreciação Acumulada - Bens Móveis é realizada de acordo com os critérios definidos no Manual do Siafi, Macrofunção Siafi 02.03.30, utilizando-se o método de cotas constantes. O cálculo da depreciação dos bens móveis foi realizado pelo SICAM e os valores encontrados estão compatíveis e variam de acordo com a movimentação de entrada e saída de bens que podem ser verificados na movimentação da conta 3.3.3.1.1.01.00 - Depreciação de Bens Móveis.

O exercício de 2022 encerrou apresentando uma variação de 13.62% em relação a 2021.

No tocante ao Inventário de Bens Móveis, conforme a Portaria 205/2022, id [16763884](#), o Relatório Final do Inventário/2022 deverá ser apresentado até o 20º (vigésimo) dia útil subsequente ao término do exercício financeiro, conforme estabelecido na IN 14-15, Módulo 6, item 6.

Bens imóveis

Os imóveis de uso especial são controlados pelo Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, sob gestão da Secretaria de Patrimônio da União.

Os imóveis de uso especial utilizados pela SJRO estão cadastrados na conta contábil 12321.01.02 – Edifícios e na conta 12321.01.03 - Terrenos/Glebas e, todos os bens cedidos estão cadastrados na conta 89711.09.00 - Cessão de uso – bens cedidos, de acordo com a planilha n. [14537246](#).

Nas contas do grupo 12320.00.00, a conta 12321.01.02 - Edifícios apresenta a maior expressividade, totalizando R\$ 22.171.508,99 e, conforme tabela abaixo as contas desse grupo teve uma alteração de 13,91% em relação ao exercício anterior, influenciada pelas obras realizadas em 2022 .

Tabela 8 – Bens imóveis

	2022	2021	Variação em R\$	Variação em %
Edifícios	22.171.508,99	22.171.508,99	-	0,00%
Terrenos/glebas	5.769.946,42	5.769.946,42	-	0,00%
Obras em andamento	6.057.904,02	1.756.022,20	4.301.881,82	244,98%
Estudos e projetos	60.997,24	-	60.997,24	100,00%
Instalações	104.752,85	296.308,91	(191.556,06)	-64,65%
Total	34.165.109,52	29.993.786,52	4.171.323,00	13,91%

Fonte: Siafi

Conforme previsto na Portaria Conjunta SPU-STN nº 703, de 10 de dezembro de 2014 ([4103171](#)) e Informação SJRO-SEMAP [17357160](#) e planilha

[17391497](#) todos os bens imóveis de uso especial da Seccional e Subseções Judiciárias vinculadas encontram-se cadastrados e com avaliação vigente no SPIUnet, inclusive os espaços cedidos com ônus.

Tabela 9 - Imóveis da União sob a responsabilidade da SJRO

Rip do imóvel	Rip utilização	Endereço
0001.00210.500-2	0001002115008	Sede da Unidade Avançada de Atendimento - UAA-GUM
0001.00210.500-2	0001002665008	Prédio Sede da extinta Subseção Judiciária de GUM. Imóvel em processo de desapropriação, aguardando o trânsito em julgado da Ação Judicial n. 2381-10.2015.4.01.4100 para posterior registro do imóvel no Patrimônio da União
0003.00349.500-5	0003000015002	Anexo - Arquivo judicial/Depósito localizado na Av Getúlio Vargas
0003.00356.500-3	0003000035003	Anexo - Depósito localizado na Rua Itália
0003.00325.500-4	0003000845005	Terreno usado como estacionamento, localizado na Av Rogério Weber
0003.00359.500-0	0003002305008	Imóvel Sede da Seção Judiciária de RO.
0003 00359.500-0	0003 00810.500-0	Seção Judiciária de Rondônia - Cessão OAB
0003.00359.500-0	0003008095005	Espaço do prédio sede da SJRO cedido para a CEF mediante Termo de Cessão de USO n. 06/2017 (60 meses)
0003.00359.500-0	0003008105000	Área do prédio sede da SJRO cedido para a OAB mediante Termo de Cessão de USO n. 04/2017
0005.00075.500-2	0005000195007	Lote 21 - Termo de doação id. 0234396 - Terreno em Ji-Paraná em fase de regularização
0005.00074.500-7	0005000215008	Lote 20 - Termo de doação id. 0234396 - Terreno em Ji-Paraná
0005.00059.500-5	0005000235009	Lote 15 - Termo de doação id. 0234396 - Terreno em Ji-Paraná
0005.00063.500-7	0005000275000	Lote 19 - Termo de doação id. 0234396 - Terreno em Ji-Paraná
0005.00060.500.0	0005000285006	Lote 16 - Termo de doação id. 0234396 - Terreno em Ji-Paraná
0005.00061.500-6	0005000305007	Lote 17 - Termo de doação id. 0234396 - Terreno em Ji-Paraná
0005.00062.500-1	0005000325008	Lote 18 - Termo de doação id. 0234396 - Terreno em Ji-Paraná
0005 00075.500-2	0005.00019.500-7	Lote xx - terreno em Ji-Paraná
0005.00076.500-8	5000335003	Lote 22 - Termo de doação id. 0234396 - Terreno em Ji-Paraná em fase de regularização
0005 00162.500-5	0005.00163.500-0	Imóvel onde funciona a Subseção Judiciária de JiParaná
0013 00082.500-1	0013.00083.500-7	Imóvel onde funciona a Subseção Judiciária de Vilhena
0013.00082.500-1	0013001165005	Espaço do prédio onde funciona a sede da SSJ/VHA cedido para a OAB

Fonte: Siafi

Nos imóveis administrados pela Seção Judiciária de Rondônia, destacam-se cessões de uso de espaços físicos para terceiros, para exploração de atividades e serviços de interesse da Administração, tais como Caixa Econômica Federal e Ordem dos Advogados do Brasil. As receitas decorrentes dos contratos de cessão de uso são recolhidas ao Tesouro Nacional por meio de GRU, incluindo os ressarcimentos de despesas.

Nota 06 – Intangível

O Ativo Intangível é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da produção da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável.

Tabela 10 – Softwares

	2022	2021	Variação em R\$	Variação em %
Software - vida útil definida	204.087,52	94.000,00	110.087,52	117,11%
Software - vida útil indefinida	169.921,64	103.727,64	66.194,00	63,82%
Amortização acumulada de softwares	(127.637,85)	(94.000,00)	(33.637,85)	35,78%
Redução ao valor recuperável de softwares	(2.708,00)	(2.708,00)	-	0,00%
Total	243.663,31	101.019,64	142.643,67	141,20%

Fonte: Siafi

Até o final de 2021, o ativo intangível da SJRO era composto em sua maioria de softwares com vida útil indefinida e está registrado na conta 12411.02.01 - Softwares que encerrou o exercício com o saldo de R\$ 103.727,64. O valor refere-se à aquisição de licença de uso e atualização de software (licenças do sistema de gravação de áudio e vídeo - DRS Audiência). Não consta registro de amortização acumulada sobre o saldo da conta 12411.02.01 - Softwares, em função da natureza dos softwares – vida útil indefinida.

No final de 2022, o Tribunal transferiu ao patrimônio das unidades gestoras licenças de uso de softwares de vida útil definida, conforme Orientação Contábil [17079024](#), fazendo com que o ativo intangível de vida útil definida superasse o de vida útil indefinida.

Estes softwares de vida útil definida foram amortizados de acordo com o período de vigência do Contrato n. 43/2021 ([14566527](#)) e da Orientação Contábil [17109390](#) e foram acompanhados no processo [0004189-07.2022.4.01.8012](#).

Com relação ao Inventário de Bens Intangíveis, a comissão apresentou o Relatório [17030629](#) mencionando que por ocasião do Inventário de bens intangíveis do TRF foi "elaborado o Plano de Providências [10153792](#), item 8.5, propondo a *suspensão do teste de recuperabilidade até que haja definição dos critérios no módulo que está sendo criado no Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN. A proposta foi acatada por meio da Informação TRF1-Seauf [10288332](#) e o teste de recuperabilidade foi suspenso".*

E, concluiu que não assiste necessidade de realizar as atualizações em relação aos bens intangíveis de vida útil indefinida.

A comissão ainda mencionou as licenças que estavam sendo transferidas pelo Tribunal e, que estavam pendentes de incorporação patrimonial por ocasião da conclusão do relatório de inventário. Mas, estas foram incorporadas, conforme já citado acima.

Nota 7 – Passivo circulante e não circulante

Em 31/12/2022, a SJRO apresentou passivos de pessoal e contribuições previdenciárias, segregados nos indicadores de superávit F – Financeiro e P – Permanente, relativos a obrigações financeiras liquidadas e em liquidação, bem como aquelas para as quais não havia orçamento no encerramento do exercício. Nesse grupo, estão incluídos, ainda, os depósitos e cauções, que são numerários de terceiros, dados em garantia de contratos administrativos, nos termos do inciso I, do art. 56, da Lei 8.666/1993, que são devolvidos ao fim da vigência do contrato. O passivo em sua totalidade está registrado no circulante.

Tabela 11 – Passivo circulante

	2022	2021	Varição em R\$	Varição em %
Obrigações trab., prev. e assist. a pagar a curto prazo	6.739.095,56	3.739.507,91	2.999.587,65	80,21%
Provisões a curto prazo	891.204,36	182.305,95	708.898,41	388,85%
Demais obrigações			31.619,95	63,33%

	81.548,03	49.928,08		
Total	7.711.847,95	3.971.741,94	3.740.106,01	94,17%

Fonte: Siafi

Em relação às obrigações com pessoal, são aquelas referentes à gratificação devida a magistrados por exercício cumulativo de jurisdição — de competência de dezembro/2022, pagas em janeiro de 2023, conforme previsto na Resolução CJF 341/2015, diferenças de remuneração, serviço extraordinário, adicional de tempo de serviço de magistrados e ressarcimentos devidos aos órgãos de origem de pessoal requisitado e, estão registradas nas contas relacionadas na tabela abaixo.

As provisões são valores estimados para as despesas médicas que serão cobradas em 2023, considerando que há um lapso entre a prestação de serviços e o faturamento. A área responsável estima a despesa com base no histórico das despesas de exercícios anteriores. Quando cobradas, as despesas são pagas como despesas de exercícios anteriores.

Tabela 12 – Passivo exigível

Contas Contábeis	2022	2021	Varição em R\$	Varição em %
21111.01.01 ISF P - salários e remunerações	1.430.322,46	41.838,80	1.388.483,66	3318,65%
21111.01.01 ISF F - salários e remuneração	2.715.058,97	94.560,78	2.620.498,19	2771,23%
21111.01.03 - férias a pagar	2.326.797,65	3.576.816,44	(1.250.018,79)	-34,95%
21141.03.02 - contrib a entidade de previd complementar	3.371,33	2.501,11	870,22	34,79%
21142.13.00 - PSSS-contrib sobre vencimentos	263.545,15	3.988,78	259.556,37	6507,16%
21142.01.03 - INSS-contrib sobre serv de terceiros	-	19.802,00	(19.802,00)	-100,00%
Total	6.739.095,56	3.739.507,91	2.999.587,65	80,21%

Fonte: Siafi

1. O valor da conta 21111.01.01 - Salários, remunerações e benefícios ISF F refere-se à folha de GAJU-gratificação por acúmulo de jurisdição de dezembro que ficou apropriada no documento 2022FL000277 e a

2022FL000278 de adicional de tempo de serviço de magistrado que ficaram apropriadas para execução em janeiro de 2023.

2. Já o valor da conta 21111.01.01 - Salários, remunerações e benefícios ISF P refere-se ao registro de passivo sem cobertura orçamentária das despesas: adicional de tempo de serviço de magistrados, serviço extraordinário (recesso forense de 2022), folha de acertos, pequenos passivos e ressarcimento de pessoal requisitado. Cabe esclarecer que durante o exercício de 2022 a SJRO pagou os ressarcimentos sempre dentro do mês de competência da despesa, porém em dezembro o Tribunal não disponibilizou orçamento.

3. No tocante às férias a pagar: o montante é fruto das apropriações mensais de férias a pagar a magistrados e servidores desde 2019. Desde esse exercício, são observadas as regras da Macrofunção 02.11.42 - Folha de pagamento, item 5, ressaltando-se:

- registro mensal do passivo, na forma de duodécimos, representando o valor das férias a pagar;
- registro do indicador "Baixa da remuneração no período de férias (BRPF)", que representa o valor correspondente à remuneração dos servidores em gozo de férias, na proporção dos dias gozados;
- baixa mensal do valor contabilizado como adiantamento;
- são realizadas baixas em decorrência de conversão em pecúnia de férias não gozadas por magistrados;
- o saldo a pagar indica que há mais servidores com períodos de férias cumpridos a usufruir do que servidores com períodos antecipados.

4. Em relação ao valor das contas 21141.03.02 - Contribuição a entidades de Previdência Complementar e 21142.13.00 - PSSS-contribuição s/ vencimentos e vantagens refere-se à contribuição previdenciária incidente sobre a remuneração das folhas citadas no item 1.

Nota 8 – Ajustes de exercícios anteriores

Os ajustes de exercícios anteriores compõem o item dos resultados acumulados do balanço patrimonial, que também é composto pelo resultado do exercício e pelos resultados de exercícios anteriores.

Os ajustes de exercícios decorreram de correções em saldos de ativos e passivos, observando a competência dos fatos geradores, que deixaram de ser registrados tempestivamente, em razão dos trâmites do processo administrativo.

A conta 23711.03.00 - Ajustes de exercícios anteriores encerrou o exercício com saldo de R\$ 69.048,59. O saldo desta conta em 2022 foi sensibilizado pelos registros de passivos sem cobertura orçamentária de despesa com AMOS não registrado como provisão no final de 2021.

Em meados de 2022, a Dicoc expediu o Roteiro Contábil [15462116](#) e, trouxe uma nova orientação do CJF quanto à necessidade ou não de registrar os passivos, cujo fato gerador ocorreu no exercício anterior e não era do conhecimento do gestor. Para o pagamento desses passivos, havendo disponibilidade orçamentária na data do reconhecimento da dívida e a liquidação for de previsão imediata, o empenho passou a ser emitido sem indicação de passivo, registrando a VPD na liquidação da despesa.

Nota 9 – Atos potenciais ativos

As garantias contratuais estão evidenciadas na composição dos atos potenciais ativos do balanço patrimonial da UG.

As garantias são recebidas, nos termos dos incisos II (seguro garantia) e III (fiança bancária), art. 56, da Lei 8.666/1993. Essas garantias observam o prazo de vigência expresso nos instrumentos e são baixadas do Siafi após esse prazo. Na composição do item, estão incluídas as coberturas contratadas em seguros de bens ou de pessoas, tais como de imóveis e veículos, para indenização na hipótese de ocorrência de sinistros.

A conferência e acompanhamento das vigências das garantias contratuais recebidas pela UG foram realizados no processo [0002327-98.2022.4.01.8012](#) e, todas as garantias em vigor estão registradas na conta 81111.01.10 – Seguros garantia a executar e na conta 21881.04.02 – Depósitos e cauções recebidos, seguindo a Orientação Contábil [8774394](#).

Tabela 13 – Garantias recebidas – por tipo

	2022	2021	Variação em R\$	Variação em %
Apólices de seguros	38.074.145,88	52.921.280,31	14.847.134,43	-28,06%
Fianças e seguro garantia	1.723.306,83	1.094.473,34	628.833,49	57,46%
Demais garantias	14.106,41	19.836,82	(5.730,41)	-28,89%
Total	39.811.559,12	54.035.590,47	14.224.031,35	-26,32%

Fonte: Siafi

Nota 10 – Atos potenciais passivos**Tabela 14 – Contratos em execução**

O saldo do item que compõe os atos potenciais passivos são os contratos em vigor com parcelas pendentes de pagamento.

Os direitos contratuais a executar compreendem os valores a pagar, conforme registros efetuados em contas de controle, nos contratos celebrados pela Seção Judiciária/RO com terceiros, visando ao fornecimento de bens e prestação de serviços.

	2022	2021	Variação em R\$	Variação em %
Contratos de serviços	19.956.624,10	14.212.135,62	5.744.488,48	40,42%
Contratos de fornecimento de bens	2.078.906,43	404.961,29	1.673.945,14	413,36%
Total	22.035.530,53	14.617.096,91	7.418.433,62	50,75%

Fonte: Siafi

O acompanhamento dos saldos registrados nas contas 812310801 - Contrato de seguro com controle por PC ou RC em execução, 812310901 - Contratos de serviços com controle por PC ou RC em execução, 812311001 - Contratos de alugueis com controle por PC ou RC em execução, 812311101 - Contrato de fornecimento de bens com controle em execução, que compõem este item foram conciliados pelo Setor de Contabilidade, confrontando os saldos das contas de controle com as obrigações contratuais pendentes de apropriação e

pagamento e fez os ajustes necessários. A conciliação ocorreu no processo [0000215-59.2022.4.01.8012](#).

Do mesmo modo, foi feito o registro, mensalmente, da atualização monetária das contas vinculadas a contratos, de acordo com os extratos encaminhados pela CEF e, juntados ao processo [0000483-16.2022.4.01.8012](#).

Os contratos mais relevantes da SJRO foram juntados na planilha [17357942](#).

Nota 11 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

O exercício encerrou com saldo de R\$ 162.357,64, gerando um resultado negativo no valor de R\$ 1.274.392,75, se comparado ao resultado de 2021 que foi de R\$ 1.436.750,39.

O fato que mais contribuiu para um resultado tão inferior a 2021 foi a reavaliação dos imóveis da SJRO e atualização no SPIUnet em que impactaram a conta 46111.02.00 - Reavaliação de bens imóveis, em 2021. Fato que não aconteceu em relação a 2022.

Quanto aos ganhos com alienação referem-se a bens móveis (veículos) dado como parte do pagamento na aquisição de novos veículos, conforme Resposta TRF1 - Sedep [17155187](#).

Tabela 15 – Ativos e passivos – valorização, ganhos e desincorporação

	2022	2021	Variação em R\$	Variação em %
Reavaliação de ativos	30.833,02	1.376.637,35	(1.345.804,33)	-97,76%
Ganhos com alienação	22.294,77	-	22.294,77	100,00%
Ganhos com incorporação de ativos	109.229,85	57.916,27	51.313,58	88,60%
Ganhos com desincorporação de passivos	1,00	2.196,77	(2.195,77)	-99,95%
Total	162.358,64	1.436.750,39	(1.274.391,75)	-88,70%

Fonte: Siafi

Nota 12 - Pessoal e encargos, benefícios previdenciários e assistenciais

As variações patrimoniais diminutivas referentes à despesa sob o aspecto patrimonial nos subitens de pessoal representam os pagamentos efetuados a servidores ativos do Regime Próprio de Previdência Social, Regime Geral de Previdência Social, incluindo os benefícios concedidos a servidores, as sentenças judiciais, aposentadorias, pensões civis e os ressarcimentos aos órgãos de origem de servidores requisitados com ônus.

O Setor de Contabilidade efetuou a conciliação dos valores registrados nas contas de VPDs (Variação Patrimonial Diminutiva), confrontando com as despesas orçamentárias e, certifica que as despesas de pessoal e encargos, benefícios previdenciários e assistenciais e as despesas de custeio estão contabilizadas adequadamente, considerando que as inconsistências encontradas foram saneadas, conforme processo [0000551-63.2022.4.01.8012](#). Exceto, pagamento de magistrado inativo (adicional de tempo de serviço) com rubrica de ativo no final do exercício. A inconsistência só foi verificada quando já havia expirado o prazo para emissão de nova nota de empenho no Siafi 2022.

Tabela 16 – Pessoal e encargos patronais

	2022	2021	Varição em R\$	Varição em %
Remuneração e benefícios a pessoal	62.012.511,09	59.529.340,31	2.483.170,78	4,17%
Aposentadorias	9.616.685,68	8.780.065,33	836.620,35	9,53%
Pensões civis	1.837.926,33	1.637.667,80	200.258,53	12,23%
Encargos previdenciários	11.472.871,09	11.219.801,50	253.069,59	2,26%
Total	84.939.994,19	81.166.874,94	3.773.119,25	4,65%

Fonte: Siafi

Em 2022, verifica-se elevação em todos os grupos de despesa de pessoal quando comparado com 2021, concorrendo para o acréscimo o crescimento vegetativo da despesa de pessoal, incluindo o adicional de tempo de serviço pago a magistrados, no final de 2022.

Nota 13 – Consumo de bens, uso de bens e serviços

O item representa as variações patrimoniais diminutivas referentes ao consumo de materiais, a diárias, locação de imóveis, prestação de serviços de terceiros, depreciação e amortização.

Tabela 17 – Consumo de bens, uso de bens e serviços

	2022	2021	Variação em R\$	Variação em %
Consumo de materiais	306.251,98	256.612,95	49.639,03	19,34%
Diárias	328.372,06	96.267,03	232.105,03	241,11%
Locações de imóveis	539.219,29	491.861,84	47.357,45	9,63%
Serviços de terceiros	17.823.366,15	14.413.387,14	3.409.979,01	23,66%
Depreciação de bens e amortização de intangíveis	791.909,73	855.787,61	(63.877,88)	-7,46%
Total	19.789.119,21	16.113.916,57	3.675.202,64	22,81%

Fonte: Siafi

Constata-se aumento em relação a todas as despesas. O item que mais cresceu foi o de diárias. Em 2021 as viagens foram reduzidas em razão do Coronavírus. As variações patrimoniais diminutivas desse grupo são decorrentes, em grande parte, de realização de despesa orçamentária.

Nota 14 – Desvalorização e perda de ativos e Incorporação de passivos

Neste item, demonstra-se o resultado patrimonial do exercício decorrente de incorporação e baixa de ativos e passivos

Tabela 18 – Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos

	2022	2021	Variação em R\$	Variação em %
Reavaliação, redução a valor recuperável e ajustes p/ perdas	30.833,02	-	30.833,02	100,00%

Perdas com alienação	10.934,33	-	10.934,33	100,00%
Desincorporação de ativos	2.944.901,12	2.728.926,05	215.975,07	7,91%
Total	2.986.668,47	2.728.926,05	257.742,42	9,44%

Fonte: Siafi

O montante de R\$ 2.986.668,47 registrado na conta 36333.00.00 – Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos decorre da baixa de créditos a receber de ex/servidores, baixa de bens não localizados/danificados, baixa de demais créditos a receber pela inscrição na dívida ativa da União, reavaliação de imóvel e baixa da conta 12321.06.01 - Obras em andamento, em razão da conclusão das obras: revitalização do piso de mármore e instalação do sistema de energia solar. Ainda há outras obras sendo realizadas por etapas e, quando forem concluídas o imóvel passará por reavaliação e atualização no SPIUnet.

As baixas da conta 12321.06.01 foram as que mais impactaram a desincorporação de ativos, fato que em 2021 não ocorreu na mesma proporção.

Nota 15 – Resultado patrimonial do exercício

A apuração do Resultado Patrimonial origina-se do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (receitas) menos as Variações Patrimoniais Diminutivas (despesas). Em 2022, o resultado patrimonial da UG foi deficitário em R\$ 1.986.681,68, apresentando uma variação negativa de 63,60% em relação ao exercício de 2021. A VPA referente à reavaliação de ativos e a VPD desincorporação de ativos e a de serviços foram as principais que contribuíram para essa variação em relação ao exercício de 2021.

Nota 16 – Receitas correntes e Receitas de capital

O Balanço Orçamentário da SJRO não apresenta valores no item “Receita”, haja vista a metodologia adotada para apuração das receitas arrecadadas que consiste na consolidação de dados no balanço da Setorial Financeira do Órgão (UG 090001/CJF). No entanto, cabe registrar que, de acordo com o

Manual Siafi, código 02.03.06 - Apropriação da Arrecadação de Receitas Federais, a arrecadação de receitas federais é realizada por meio dos documentos Documento de Arrecadação de Receitas Federais - Darf, Guia da Previdência Social - GPS e Guia de Recolhimento da União – GRU. No âmbito da 1ª Região as receitas são recolhidas utilizando-se o documento GRU, a título de receitas próprias (fontes 50 – Receitas diretamente arrecadadas e 81 – Receitas de convênios) e do Tesouro Nacional (fontes 00 – Recursos ordinários e 27 – Custas e emolumentos – poder judiciário), bem como fonte 90 – Devoluções de despesa e depósitos diversos, consoante as respectivas destinações.

Nota 17 – Déficit

O déficit de R\$ 118.502.055,01 representa o confronto entre as receitas orçamentárias e as despesas orçamentárias empenhadas.

Nota 18 – Restos a pagar - Demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados

Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro. O conceito de restos a pagar relaciona-se aos estágios da despesa pública, representados pelo empenho, liquidação e pagamento. O empenho constitui o primeiro estágio de comprometimento da despesa pública, referente à reserva de dotação orçamentária para pagamento futuro de obras, serviços ou bens objeto de determinada contratação. A liquidação é o próximo estágio da despesa pública e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, após a entrega do bem e/ou serviço objeto do gasto. O pagamento é o último estágio da despesa e resulta na extinção da obrigação, após o respectivo ateste.

Quando o pagamento deixa de ser efetuado no exercício do empenho, procede-se, então, à inscrição em restos a pagar, sendo então classificados como: restos a pagar processados e não processados. Nos não processados, incluem-se os empenhos em liquidação, que são aqueles em que já ocorreu o

fato gerador, porém a Administração ainda não efetivou o devido ateste para a respectiva liquidação. Os restos a pagar processados se referem a despesas empenhadas e liquidadas que ainda não foram pagas no exercício. Incluem-se nos restos a pagar processados os valores de ordens de pagamento geradas no último dia útil de dezembro cujas ordens bancárias foram geradas somente em janeiro do exercício seguinte, consoante calendário de emissão de ordens bancárias da Secretaria do Tesouro Nacional e funcionamento das instituições bancárias. Já os restos a pagar não processados se referem a despesas empenhadas mas ainda não liquidadas e, conseqüentemente, não pagas até o final do exercício.

Tabela 19 - Demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados

Despesas orçamentárias	Inscritos em exercício anterior	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas correntes	-	522.839,37	418.448,64	418.448,64	104.390,73	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	285.215,95	190.048,64	190.048,64	95.167,31	-
Outras Despesas Correntes	-	237.623,42	228.400,00	228.400,00	9.223,42	-
Despesas de capital	-	1.105.757,98	1.104.807,74	1.104.807,74	950,24	0,00
Investimentos	-	1.105.757,98	1.104.807,74	1.104.807,74	950,24	0,00
Total	-	1.628.597,35	1.523.256,38	1.523.256,38	105.340,97	-

Fonte: Siafi

Do valor total de R\$ 1.628.597,35 inscrito em restos a pagar não processados foi executado 93,53% e cancelado 6,47%, encerrando o exercício com saldo zerado.

O acompanhamento da Execução de Restos a Pagar em 2021 dessa UG ocorreu de acordo com as orientações do processo [0000009-81.2022.4.01.8000](#). A apuração dos valores inscritos em restos a pagar em 2022 foi efetuada mensalmente e, todo o saldo de 2021 inscrito foi pago e/ou cancelado em 2022.

Antes do encerramento do exercício financeiro de 2022 a Dicoc expediu a Orientação Contábil [17233225](#) alertando sobre a necessidade de registrar como passivo as despesas já conhecidas em 2022 e não empenhadas por

falta de orçamento, bem como registrar os valores estimadas com prestação de serviços médicos e odontológicos (ação orçamentária 2004 – AMOS), referente ao mês de dezembro.

Assim, os passivos de pessoal e contribuições previdenciárias, foram devidamente registrados nas contas 21111.01.01 – Salários, remunerações e benefícios e 21142.13.00 – PSSS-contrib. s/vencimentos e vantagens – intra, com base nas informações prestadas pela Sepag e na Orientação Contábil [17233225](#), conforme processo [0003836-64.2022.4.01.8012](#). Do mesmo modo, os demais passivos foram registrados na conta 21311.04.00 - Contas a pagar credores nacionais.

Nota 19 – Gastos com suprimento de fundos

Trata-se de adiantamento concedido a servidor, a critério e sob inteira responsabilidade do ordenador de despesas, com prazo certo para aplicação e comprovação dos gastos. O Suprimento de Fundos é uma autorização de execução orçamentária e financeira por uma forma diferente da normal, tendo como meio de pagamento o Cartão de Pagamento do Governo Federal, sempre precedido de empenho na dotação orçamentária específica e natureza de despesa própria, com a finalidade de efetuar despesas que, pela sua excepcionalidade, não possam se subordinar ao processo normal de aplicação, isto é, não seja possível o empenho direto ao fornecedor ou prestador, na forma da Lei nº 4.320/64, precedido de licitação ou sua dispensa, em conformidade com a Lei nº 8.666/93.

Ainda, de acordo com a Resolução CJF 569/2019, pode ser concedido suprimento de fundos para aquisição eventual de materiais de consumo ou serviços de pequeno vulto (art. 1º).

No decorrer de 2022 foi gasto o valor de R\$ 186.623,63 referente à execução de despesa por meio de concessão de suprimento de fundos.

A conta 11311.02.00 - Suprimento de fundos - adiantamento foi conciliada mensalmente, conforme processo [0000912-80.2022.4.01.8012](#) e, encerrou o exercício com saldo de R\$ 6.345,14, cujas despesas foram comprovadas, mas não reclassificadas até o fechamento do exercício.

Nota 20 – Transferências financeiras recebidas – Sub-repassado recebido

O Balanço Financeiro da SJRO não demonstra ingressos de Receitas Orçamentárias porque o orçamento está incluído na Unidade Orçamentária 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau e, consolidada em nível de Tribunal (TRF1). Os recursos recebidos pela UG em 2022 foram por meio de Sub-repasses.

Nota 21 – Resultado financeiro

O Balanço Financeiro demonstra as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. A apuração do resultado financeiro é possível ser identificado no Balanço Financeiro e na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Utilizando essa metodologia e observando a tabela abaixo, verifica-se que o resultado financeiro de 2022 foi deficitário em R\$ 463.460,89, considerando que os Ingressos (Transferências Financeiras Recebidas + Recebimentos Extraorçamentários) somaram R\$ 121.934.743,31 e os Dispêndios (Despesas Orçamentárias + Transferências Financeiras Concedidas + Pagamentos Extraorçamentários) somaram R\$ 122.398.204,20.

Tabela 20 – Apuração do resultado financeiro do exercício de 2022

	2022	2021	Varição em R\$	Varição em %
Receita orçamentária (I)				
Despesa orçamentária (II)	118.502.055,01	111.417.786,72	7.084.268,29	6,36%
Resultado orçamentário (III=I-II)	(118.502.055,01)	(111.417.786,72)	(7.084.268,29)	6,36%
Transferências financeiras recebidas (IV)	117.777.834,23	111.558.843,42	6.218.990,81	5,57%
Transferências financeiras concedidas (V)	2.120.572,31	1.711.491,46	409.080,85	23,90%

Transferências financeiras líquidas (VI=IV-V)	115.657.261,92	109.847.351,96	5.809.909,96	5,29%
Recebimentos extraorçamentários (VII)	4.156.909,08	3.810.328,78	346.580,30	9,10%
Despesas extraorçamentárias (VIII)	1.775.576,88	1.800.112,67	(24.535,79)	-1,36%
Resultado extraorçamentário (IX=VII-VIII)	2.381.332,20	2.010.216,11	371.116,09	18,46%
Resultado financeiro do exercício (X=III+VI+IX)	(463.460,89)	439.781,35	(903.242,24)	205,38%

Fonte: Siafi

O resultado orçamentário negativo ocorre porque não há registro de receitas no balanço orçamentário da UG, visto que as receitas arrecadadas são recolhidas ao Tesouro Nacional e, os dados são consolidados no balanço do Conselho da Justiça Federal (UG 090001). Desse modo, as despesas orçamentárias foram custeadas com as transferências financeiras recebidas do Tribunal que por sua vez recebe os repasses do Conselho.

Nota 22 – Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração do fluxo de caixa demonstra o fluxo financeiro da unidade gestora, ou seja, as entradas e as saídas de recursos financeiros durante o período e o resultado desse fluxo.

Tabela 21 – Geração líquida de caixa e equivalentes de caixas

	2022	2021	Varição em R\$	Varição em %
Atividades operacionais	8.751.147,34	6.184.829,11	2.566.318,23	41,49%
Atividades de investimentos	(9.214.608,23)	(5.745.047,76)	(3.469.560,47)	60,39%
Total	(463.460,89)	439.781,35	(903.242,24)	-205,38%

Fonte: Siafi

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro e corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período.

Os ingressos operacionais são representados pelas transferências financeiras recebidas, somados aos ingressos extraorçamentários de arrecadação de receitas diversas e arrecadação de outra unidade.

Os desembolsos dos fluxos de caixa de investimento referem-se às aquisições de bens permanentes, às obras e outros investimentos. O fluxo de caixa negativo nesse item ocorre porque as transferências financeiras recebidas para financiamento dessas despesas (categorias de gastos D e E) são registradas integralmente como ingresso no item de fluxos de caixa das atividades operacionais.

Nota 23 - Apuração de Danos ao Erário

No tocante a apuração de danos ao Erário, a Semap informou [17323794](#) que alguns bens não localizados no Inventário de 2021 foram ressarcidos e/ou justificados pelos servidores responsáveis pelos bens, conforme tabela abaixo:

Tabela 22 - Apuração de danos ao erário

Setor	Respon-sável	Pae Sei	Bem	Doc Ressarcimento
3ª VARA	Armando Custódio Diniz	0003790-46.2020.4.01.8012	T-22384 - REGIMENTO INTERNO DO TRF1ª; T-7449 - LEITORA DE CÓDIGO DE BARRAS; T-11348 - CAIXA DE SOM AMPLIFICADA PORTÁTIL	Após justificativas aceitas pela administração, o servidor foi isentado da responsabilidade - Despacho 15067109; Docs baixa: 15079209 e 15081654
SEBES	José Edmilson da Silva	0001088-59.2022.4.01.8012	T3440 - CADEIRA ESTOFADA COM BRAÇOS	Após justificativas aceitas pela administração, o servidor foi isentado da responsabilidade - Despacho 15458297; Docs baixa: Termo 15478535 e 15479855
NUCOD	Luana Aguiar Ferreira	0003851-67.2021.4.01.8012	T-12812 - VENTILADOR MESA; T-10437 - NO-BREAK T-12818 - VENTILADOR MESA;	Após justificativas aceitas pela administração, a servidora foi isentada da responsabilidade - Despacho 15453527; Docs baixa: 15481776,15482225.
1ª VARA	Juliana Arruda Gomes	0003856-89.2021.4.01.8012	T-10165 - MICROFONE COM PEDESTAL DE MESA, COM FIO, MARCA Dreaner AR-058	Comprovante de pagamento da GRU 15506543; Docs baixa: 15522953, 15523401

SEVIT	Gemilson da Rocha Coelho	0001120-64.2022.4.01.8012	<p>T-10934 - CÂMERA DE TV PARA SISTEMA DE SEGURANÇA;</p> <p>T-10938 - CÂMERA DE TV PARA SISTEMA DE SEGURANÇA;</p> <p>T-6136 - CÂMERA ALTA RESOLUÇÃO</p> <p>T-6138 - CÂMERA ALTA RESOLUÇÃO;</p> <p>T-6510 - CÂMERA ALTA RESOLUÇÃO;</p>	<p>Após justificativas aceitas pela administração, o servidor foi isentado da responsabilidade - Despachos 15720706 e 15803941. Docs baixa: 15722360 e 15722371 15833864 e 15834535</p>
7ª VARA	Yully Cristiano Murer	0000440-50.2020.4.01.8012	<p>T-13077 - WEBCAM;</p> <p>T-7951 - ESTANTE INDUSTRIAL EM AÇO,</p>	<p>Após justificativas aceitas pela administração, o servidor foi isentado da responsabilidade - T-13077 - Despacho 15869308. Docs baixa: Termo 15870080 e NS 15870261</p> <p>T-7951 - Despacho 15828296 Docs baixa: Termo 15833714 e NS 15834625</p>
SEPCE	Adriane Correa do Nascimento	0002485-61.2019.4.01.8012	<p>T-13121 - WEBCAM MARCA LOGITECH C950E + HEADSET BIAURICULAR USB (FONE DE OUVIDO) - AGEM AHX 300 MKII PLUS.</p>	<p>Após justificativas aceitas pela administração, a servidora foi isentada da responsabilidade. Despacho 16541534. Docs baixa: Termo 16575402 e NS 16575691</p>
SESUD DIREF	Oziane da Silva N. Passos	0002938-51.2022.4.01.8012	<p>LIVROS L-18896, L-21682, L-19592, L-22267 L-20846</p>	<p>Após justificativas aceitas pela adm a servidora foi isentada da responsabilidade. Despacho 17177419 Docs baixa: 17199686 e NS 17200841</p>